



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
Palácio 11 de Outubro

Câmara Municipal de
Bento Gonçalves
RECEBIDO EM:
20/07/2021
ÀS 15:33 Horas
Ass.:

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 1/2021

AUTOR: PREFEITO MUNICIPAL

VOTO DO RELATOR: VEREADOR JOCELITO L. TONETTO (PSDB) – FAVORÁVEL

VOTOS DOS INTEGRANTES DA COMISSÃO AO RELATÓRIO, COM EXCEÇÃO DO PRESIDENTE, QUE VOTA APENAS EM CASO DE EMPATE:

VEREADOR ANDERSON ZANELLA (PP): Seguiu o voto do Relator.

VEREADOR EDSON R. BIASI (PP): Seguiu o voto do Relator.

VEREADOR JOSÉ ANTÔNIO GAVA (PDT): Seguiu o voto do Relator.

VEREADOR RAFAEL L. FANTIN DENTINHO (PSD): Seguiu o voto do Relator.

Com 5 (cinco) votos Favoráveis à tramitação, o Projeto de Lei Complementar 1/2021 passa a ter Parecer **FAVORÁVEL** na Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

Sala das Sessões, aos vinte e sete dias do mês de julho de dois mil e vinte e um.

Vereador **THIAGO I. FABRIS (PP)**

Presidente Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
Palácio 11 de Outubro

À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

VOTO DO RELATOR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 1/2021

PROCESSO Nº:18/2021

VEREADOR RELATOR: JOCELITO LEONARDO TONETTO

DATA DO PROTOCOLO DA MATÉRIA: 26 de fevereiro de 2021

AUTORIA DO PROJETO DE LEI: PREFEITO MUNICIPAL - MANDATO 2021/2024

EMENTA: “DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Vereador JOCELITO LEONARDO TONETTO , Relator do Projeto de Lei Complementar nº 1/2021, após proceder a análise da proposição acima referida, emite o seguinte Voto:

Propõe-se o presente Projeto de Lei Complementar ante a necessidade de adequação dos dispositivos da Lei Complementar nº 75/2004 que versam sobre contagem de prazos e sobre o prazo prescricional da ação disciplinar.

Ocorre que os prazos processuais contidos na Lei Complementar nº 75/2004 conta em dias corridos, 30 (trinta) dias, o que não é mais aplicável ao caso em razão do novo Código de Processo Civil, que passa a contar em dias úteis e no prazo de 15 (quinze) dias.

O referido Projeto de Lei pretende readequar o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências.

A alteração é necessária, e se encontra dentro das normas jurídicas da Casa, portanto meu voto é FAVORÁVEL a tramitação da matéria.

Sala das Sessões, Fernando Ferrari, aos vinte e sete dias do mês de julho de dois mil e vinte e um.


Vereador JOCELITO LEONARDO TONETTO (PSDB)
Relator do Projeto de Lei Complementar nº 1/2021